



GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA

***Empirismo,
Fenomenologia e
Gramática***

Iº Encontro de Pesquisa do Programa de Pós-
graduação em Filosofia da UFBA

CADERNO DE RESUMOS

SALVADOR, JANEIRO DE 2006



APOIO:



fapesb



ÍNDICE

Atomismo e imaginação em Hume <i>André de Jesus Nascimento</i>	Pág. 03
Linguagem em David Hume <i>Iara Velasco e Cruz Malbouisson</i>	Pág. 04
Proposições Gramaticais e Empíricas no <i>Da Certeza</i> <i>Wagner Teles de Oliveira</i>	Pág. 05
O Behaviorismo na Filosofia da Psicologia de Wittgenstein <i>Danilo Hoth Cerqueira</i>	Pág. 07
Bergson e a natureza do tempo real <i>Geovana da Paz Monteiro</i>	Pág. 09
Lógica, contingência e liberdade epistemológica: o estatuto da ciência no <i>Tractatus</i> de Wittgenstein <i>Serafim da Silva Nossa Junior</i>	Pág. 10
O Freud humeano <i>Luiz Sérgio Santos Souza</i>	Pág. 11
A teoria das regras gerais em Hume <i>Pedro Jonas Almeida</i>	Pág. 12
O filósofo e a lesma <i>Cláudia Bacelar Batista</i>	Pág. 13
A ciência em Hume <i>Gustavo Oliveira Fernandes Melo</i>	Pág. 14

Atomismo e imaginação em Hume

André de Jesus Nascimento

A Imaginação, em Hume, parece animar uma tensão ineludível e, sobretudo, característica de sua filosofia. Assim, pois, desde quando tudo o que é distinguível pode por ela ser separado, logo nos deparamos com este célebre princípio atomista a partir do qual a razão pôde ser banida das questões de fato e a experiência legitimada como única "autoridade" capaz de garantir nosso conhecimento. É desde então que os eventos, uma vez que não dizem respeito às questões de quantidade e de número, guardam entre si relações de completa exterioridade. Agora, conquanto restrita ao estoque acumulado da experiência, nada mais livre que uma tal faculdade, cujo poder residiria precisamente na sua ilimitada capacidade de articular em complexos os átomos da percepção. À Imaginação, entretanto, sabemos que nunca foi reservado o papel de compor suas ficções por algum movimento de gratuidade, sendo antes guiada por certos princípios universais de associação, a exemplo das relações de semelhança, a partir dos quais ela expressa uma sua regularidade. A despeito de seu próprio atomismo, as idéias simples nunca são um dado neutro, caso em que o mundo das percepções permaneceria atomizado numa sucessão contínua de eventos novos e imprevisíveis, estando mesmo eivadas por certos vínculos preferencialmente traçados onde, por princípio, nenhuma relação deveria mais prevalecer. Em nosso texto, retomamos a disjunção entre semelhança e simplicidade denunciada pelo problema do tom ausente de azul, recuperando em novo solo - a saber, nas questões relativas ao papel da Imaginação e de sua tensão peculiar com o princípio atomista humiano - a questão de como poderiam operar princípios associativos, que tornam regular a atividade da Imaginação, numa filosofia cuja empresa reside justamente na afirmação de relações externas.

Linguagem em David Hume

Iara Velasco e Cruz Malbouisson

Se comparada com as obras principais de outros empiristas do seu tempo, torna-se notável, na obra de David Hume, a falta de uma passagem ou seção dedicada especificamente à questão da linguagem. É comum a interpretação de que o filósofo não teria se debruçado sobre tal questão porque não imputava a ela qualquer importância filosófica relevante para sua reflexão sobre a constituição da experiência, ou qualquer papel decisivo na sua “tentativa de introduzir o método experimental de raciocínio nos assuntos morais”. No âmbito de tais interpretações, Hume representaria mesmo um retrocesso em relação a uma filosofia da linguagem. Entretanto, a análise da linguagem parece ser de extrema importância à crítica que Hume faz de certas idéias a idéia de “conexão necessária”. O método crítico de Hume, que sugere a resolução de disputas filosóficas pelo exame dos ‘termos’ ou ‘palavras’ envolvidas, a fim de descobrir se as idéias que elas evocam podem ser reduzidas a alguma impressão, assim como certas considerações que ele faz acerca da relação entre linguagem e percepção, a exemplo da vinculação entre idéias abstratas e termos gerais parece, portanto, indicar a possibilidade de uma interpretação que iria de encontro à opinião de que a linguagem, em Hume, carece de importância filosófica. Nosso trabalho pretende tentar sustentar uma tal interpretação, a luz de alguns trechos do Tratado da Natureza Humana que, pensamos, podem lhe servir de base.

Proposições Gramaticais e Empíricas no *Da Certeza*

Wagner Teles de Oliveira

Uma proposição gramatical padece dos mesmos percalços empíricos que uma proposição descritiva. Ao tempo das conversas com Malcolm, no transcurso do verão de 1949, Wittgenstein fizera com que as suas observações cultivassem como ponto de amarração a prescrição gramatical segundo a qual é somente no curso da vida que as palavras possuem significado, como tacesse nesse gesto o que fosse preparatório e suposto pela trama terapêutica expressa ao longo de suas observações no *Da Certeza*. Indicar a *práxis* lingüística como lugar em que descansa o significado envolve tomar o uso da linguagem como condição de possibilidade da significação. Nessa medida, a consideração de uma qualquer proposição independente do contexto que a encerra não é suficiente à posse de sua compreensão. Somente no uso é possível decidir se uma proposição é gramatical ou empírica, mostrando-se de resto flutuante a distinção entre o necessário e o contingente. A mobilização da prescrição gramatical serve inicialmente aos propósitos de dissolver a metafísica produzida pela confusão entre o normativo e o empírico abarcada pela mobilização dos truísmos de Moore como prova do realismo. A investigação wittgensteiniana sobre a certeza, portanto, situa o seu olhar inquiritivo nas fronteiras entre a empiria e a gramática, importando definir qual seja o papel desempenhado pelas proposições gramaticais em nosso sistema proposicional. As proposições gramaticais explicitam os contornos da *Weltbild* cujo traço essencial permite o engajamento de uma comunidade em torno de um juízo, de sorte que um eventual desacordo envolvendo tais proposições implica o conflito entre nossas gramáticas, não entre nossas experiências. Cabe à própria gramática a definição dos laços estabelecidos com o que figure no território extralingüístico, todavia dado empírico algum nos é proposto sem contar com seus recursos. Assim, ao relegar a certas proposições o estatuto de fatos, a gramática confina a criação de fatos no terreno da competência da linguagem. Por mais que possa ser quebrada a necessidade em torno de uma proposição que figure como essencial à gramática, jamais pode ser quebrada a certeza sobre o fundamento dos jogos de linguagem. Nessa medida, as proposições que desenham os contornos da *Weltbild* exercem papel semelhante ao de regras de um jogo sem as quais não poderia haver erro, acerto, acordo, desacordo e até mesmo jogo. O espaço gramatical em cuja superfície repousa o acordo em torno de convenções lingüísticas não funda suas raízes em meras convenções sociais, mas antes sobre a forma de vida sempre suposta pelos modos judicativos. Se a determinação do significado proposicional sempre solicita o uso como fundante critério é por que ele é dado em sua inteireza somente a cada caso de aplicação efetiva da proposição. Cumpre, assim, como nosso objetivo delinear a distinção entre proposições gramaticais e empíricas, importando esclarecer por um lado a

tomada dos truismos de Moore como objeto que demanda terapia ao tempo do MS 172, que contém um programa sistemático de trabalho, e por outro lado a irrelevância de Moore ao tempo da consumação do programa, o qual é expresso ao longo de *Da Certeza*.

O Behaviorismo na Filosofia da Psicologia de Wittgenstein

Danilo Hoth Cerqueira

O objetivo central de nossa pesquisa é verificar a possível presença de certas teses behavioristas na Filosofia da Psicologia de Wittgenstein e pretendemos, nessa comunicação, mostrar que o filósofo não poderia ter sido um behaviorista, pois em momento algum ele esboçou ou fez uma tese de psicologia. Seu trabalho, como alias ele próprio já havia antecipado anos antes no *Tractatus*, é filosófico e não científico. Porém, devemos admitir que algumas teses supostamente científicas, inclusive as behavioristas, serviram como pano de fundo para seu empreendimento de tentar determinar as condições de possibilidades de significação, onde as relações externas e os componentes pragmáticos são necessários, não como única possibilidade de enunciar algo do sujeito, mas antes como uma técnica para tentar esclarecer a complexidade existente neste processo. No parágrafo 307 das *Investigações*, localizado na seqüência à sua polêmica exposição sobre a impossibilidade da existência de uma “*linguagem Privada*” e ainda no contexto de suas considerações sobre os “*Jogos de Linguagem*”, é o próprio Wittgenstein, que raramente se deu ao trabalho em justificar o fato de suas idéias estarem associadas a uma ou outra corrente do pensamento filosófico, que refuta o título de behaviorista. Porém, parece-nos evidente que alguns exemplos apresentados tanto nas *Investigações* quanto no curso de Lições de Filosofia da Psicologia dado em Cambridge, são genuinamente behavioristas e é muito provável que, Wittgenstein, no mínimo, absorveu uma certa herança behaviorista, assim como vários outros filósofos da época como, por exemplo, Bertrand Russell e os filósofos do Circulo de Viena, para quem as teses de Watson, pareciam “*indicar a uma certa mosca a saída de uma certa garrafa*”, ao serem utilizadas para tentar estabelecer, por meio da *linguagem fisicalista* e das *sentenças protocolares*, uma relação lógica entre as proposições acerca das experiências interiores e as proposições acerca do comportamento observável eliminando, assim, a antes necessária intermediação da mente como critério de verificabilidade das condições de verdade deste problemático grupo de proposições. Wittgenstein faz uma abordagem crítica ao mentalismo e à relação interno / externo e apresenta uma visão de linguagem que recorre, quase que de maneira indissociável, à noção de comportamento. Os “*Jogos de Linguagem*” não são referencialistas e portanto parecem não ter sua gênese em noções internas e os exemplos sugeridos pelo filósofo envolvem quase que de maneira necessária, ações acompanhando o pensamento, sem recorrer às *noções internas de mente e sujeito*. Ou as regras da significação são estabelecidas arbitrariamente sem a intermediação dos sentidos ou são forjadas na relação pragmática entre linguagem e mundo independentemente do *sujeito*, a quem cabe reagir, de um modo ou de outro, aos lances de uma partida de um *certo jogo*. Jogo que, necessariamente,

pressupõem a existência de critérios e regras observáveis externamente e, neste sentido, se parece muito com o “jogo” dos behavioristas. Então, entender a significação “apontando” para o comportamento é muito mais “*um método, uma técnica para chegar à clareza*”, do que uma concepção teórica associada a *esta* ou *aquela* corrente de pensamento.

Bergson e a natureza do tempo real

Geovana da Paz Monteiro

O tempo é um enigma filosófico. Todavia, especificamente para uma filosofia constitui elemento fundamental, ou seja, ali ele não figura um problema entre outros, mas o problema inteiro. A filosofia a qual nos referimos é incontestavelmente a de Bergson. Ora, pensar junto com este filósofo a natureza do tempo real é perscrutar um objeto fugidio, uma vez que ao tentarmos apreendê-lo já se escoou em seu fluxo contínuo. Cabe-nos, então, compreendê-lo na passagem que lhe é própria. Neste ínterim, uma dificuldade se revela: tempo e espaço sendo qualitativamente distintos aparecem, quer para a filosofia quer para a ciência, como faces de uma mesma moeda. Bergson não pode aceitar a compreensão do tempo pelo espaço. Deste modo, seu esforço filosófico é marcado por uma crítica às tradicionais concepções do tempo bem como à expressão mais radical de sua espacialização, a teoria da relatividade. Em linhas gerais nossa investigação se debruça sobre a dicotomia intuição/conceito, tendo como reflexo imediato a contraposição entre filosofia e ciência. Problemas diretamente ligados à incompreensão da natureza do tempo real, de acordo com Bergson. Portanto, investigar o tempo em sua filosofia é ter que passar impreterivelmente por essas etapas. Ou seja, compreender que a intuição é para o filósofo a única maneira de apreensão da *duração* em vias de realizar-se, ao passo que o conceito é o produto da faculdade intelectual humana diretamente ligada à matéria, e por isto mesmo incapaz de atingir o âmago da realidade. Com efeito, nesse trabalho pretendemos investigar detidamente a natureza do tempo real tal qual desenvolvida no terceiro capítulo de *Duração e Simultaneidade*, obra na qual Bergson mostra que o tempo imediatamente percebido não é aquele das fórmulas e equações do físico, que esse tempo mensurável não passa de espaço, e que essa compreensão, adequada às questões físicas, não reflete o tempo enquanto duração, o tempo real. Entretanto, a leitura desse livro não deverá certamente dar conta de um estudo científico da teoria da relatividade, nem é esta a pretensão de Bergson, mas deve sim resguardar a compreensão filosófica da natureza do tempo real. Mostraremos, enfim, que as várias acusações que pesam sobre Bergson de não ter compreendido bem a teoria de Einstein poderiam ser facilmente reenviadas aos seus acusadores, uma vez que estes também não compreenderam bem sua filosofia.

Lógica, contingência e liberdade epistemológica: o estatuto da ciência no *Tractatus* de Wittgenstein

Serafim da Silva Nossa Junior

No *Tractatus*, o que resta à ciência não é um quinhão de incertezas, uma vez que toda necessidade, seja do mundo, seja da linguagem, fora reconduzida à lógica. Tampouco o *Tractatus* figura como expressão de alguma filosofia que, cética quanto à atividade científica ser exeqüível, a impeça de, na contingência, isolar e demonstrar uma lei. Pelo contrário, ao confinar a ciência no significativo, nos limites do que pode ser dito claramente, o *Tractatus*, longe de restringir tal atividade, concede-lhe justamente a liberdade de resolver-se no contingente. Assim o faz, assegurando a ordem necessária a todas as suas proposições, mais que isso, o *Tractatus* lhes atribui um mesmo valor, qual seja: nenhum valor. Para além de preservar a estrutura lógica que suporta o mundo, o *Tractatus* preserva também a ciência como atividade: estabelece seu campo, ordena seu discurso, exhibe a lógica anterior ao sentido de suas proposições. Esta comunicação, uma vez que nossos argumentos apresentem-se coerentes, defenderá, portanto, a idéia da *impossibilidade de uma ciência fundamental* - de uma lógica que coincida com o científico - como argumento positivo e crucial para a epistemologia. Deste modo, se teorias fundamentais *não são demonstráveis*, pois a lógica o impede, toda ciência encontrar-se-á restrita ao *meramente possível*, sendo tal possibilidade, todavia, a marca de seu vigor metodológico. A criatividade científica, a habilidade em fornecer descrições distintas sejam de um mesmo fato, só é possível se as condições do sentido encontram-se dadas e logicamente anteriores a ele. Assim posto, cuidar da lógica implica cuidar da liberdade própria da ciência.

O Freud humeano

Luiz Sérgio Santos Souza

Nas suas “Investigação Sobre O Entendimento Humano”, Hume argumenta que “mesmo em nossos devaneios mais desenfreados e errantes - e não somente neles, mas até em nossos próprios sonhos - descobriremos, se refletirmos, que a imaginação não correu inteiramente à solta, mas houve uma ligação entre as diferentes idéias que se sucederam umas às outras”, fazendo-nos ver que há uma conexão associativa entre todas as idéias que aparecem na mente, e afirma que “se a mais negligente e indisciplinada das conversas fosse transcrita, observa-se-ia imediatamente algo que a manteve coesa em cada uma de suas transições. Ou, se isso estiver ausente, a pessoa que quebrou o fio da discussão poderia ainda informar-nos que uma sucessão de pensamentos percorreria secretamente sua mente, levando-a gradualmente a afastar-se do assunto da conversação”. Mais adiante, Hume enumera as regras associativas: “parece haver apenas três princípios de conexão entre idéias, a saber, *semelhança*, *contigüidade* no tempo e espaço, e *causa* ou *efeito*”. Uma das inúmeras maneiras de abordar a teoria freudiana é examiná-la como um método investigativo que procura desvendar, no interior da vida mental de cada um, o pensamento que “percorreria secretamente sua mente” produzindo os sintomas neuróticos que o atormenta. Podemos argumentar que nem sempre a pessoa que quebra “o fio da discussão” poderá informar-nos que “sucessão de pensamentos percorreu secretamente a sua mente”, devido ao fato destes associarem-se não só com idéias conscientes, mas também com aquelas que não estão disponíveis à verificação da consciência, pois pertencem ao material recalcado da nossa vida mental. Não apenas nos sintomas, mas também nos sonhos e nos atos falhos, por meio do trabalho psicanalítico, pode-se seguir uma cadeia associativa, à procura da representação inconsciente que está por trás das idéias que nos surgem à mente, sem que saibamos porquê. Na literatura freudiana encontramos um sem-número de exemplos de casos clínicos, sonhos e atos-falhos, através dos quais, poderemos verificar a conexão entre as idéias manifestas e aquelas ocultas, com as quais se associam, seguindo os princípios humeanos. Esse tipo de exame da prática investigativa instituída por Freud configura-se como um instrumento significativo de análise epistemológica. Neste trabalho, examinaremos, sob a ótica humeana, alguns exemplos ilustrativos de manifestações do inconsciente, escolhidos do vasto acervo freudiano, a fim de verificar o mecanismo do encadeamento de idéias na investigação do pensamento inconsciente.

Teoria das regras gerais em no Tratado de Hume

Pedro Jonas Almeida

A teoria das regras gerais é parte integrante do projeto humeano e constitui a unidade do *Tratado da Natureza Humana*. Uma regra geral se forma, grosso modo, a partir da conjunção constante, da repetição dos casos. São de dois tipos e dependem de dois gêneros de operações: regras gerais extensivas, formadas pela imaginação, e regras gerais corretivas, formadas pelo entendimento. Queremos mostrar como elas se formam e, principalmente, qual justificativa Hume fornece para as do segundo tipo, já que a formulação de regras prescritivas para se julgar causas e efeitos parece não se adequar à interpretação tradicional que privilegia o ataque cético de Hume às operações do entendimento quando este se debruça sobre questões de fato e existência. Referimo-nos, é claro, ao problema da indução.

Nossa pesquisa investiga o conceito de ‘filosofia’ no sistema berkeleyano. Embora isso possa parecer ocioso ou revestido de alguma obviedade, devemos recordar, em primeiro lugar, que inúmeras são as definições de filosofia. Neste sentido, para evitarmos uma especulação vazia ou até mesmo uma certa reivindicação de um anarquismo conceitual, o seu rigor e limite só podem ser traçados ali na sua origem, isto é, na consulta a cada obra filosófica, recuperando a compreensão particular de um dado pensador. E, sendo assim, mesmo existindo infindáveis definições da natureza filosófica, cada uma delas remete a um campo próprio de um pensamento crítico rigoroso. Berkeley vê a filosofia como aspiração à sabedoria e à verdade, por oposição a dúvidas e dificuldades, visto ser então a filosofia o campo mesmo da evidência e da clareza. Com isso, por exigir quase nada, ocuparia uma posição ao lado do homem comum, qual seja, não duvidar da identidade entre o que percebe e o que de fato corresponde à realidade, livrando-se de um só golpe dos paradoxos, das inconstâncias e, sobretudo, do ceticismo. Ora, essa vindicação de uma certa congruência entre filosofia e senso comum radica-se em dois pilares de sustentação do arcabouço berkeleyano, a saber, o imaterialismo e a crítica à linguagem, ambos presentes nas obras de juventude *Um Ensaio para uma Nova Teoria da Visão*, *Tratado sobre os Princípios do Conhecimento Humano* e *Três Diálogos entre Hylas e Philonous*. Por sua vez, nas obras de maturidade, a exemplo do *Alciphron*, Berkeley aprofunda ainda mais sua crítica à linguagem, sem nada desviar-se do imaterialismo e do idealismo e evidenciando a filosofia como a medicina da alma humana, ou seja, aquela que cura os males da mente, como se estivesse a imunizá-la contra posições indutivistas ou mesmo ingênuas, tais como as adotadas por Erotylus, que, ao ouvir falar de novas particularidades descobertas sobre os moluscos, chegou a desejar ser ele mesmo uma lesma. Diferentemente desse filósofo, de segunda mão, produto de um pensamento acrítico, a confundir idéias novas com trivialidades abstrusas e até mesmo risíveis ou jocosas, o filósofo de primeira grandeza seria aquele que, ao tempo que procura as condições de possibilidade do conhecimento, saberia dar limites à razão, tratando do mau uso e abuso da linguagem e alcançando, enfim, o que é a partida e a chegada de tudo: uma metafísica que, ao buscar o estatuto da experiência, estabeleceria os fundamentos do conhecimento, tanto na vida cotidiana quanto na ciência e na religião.

A ciência em Hume

Gustavo Oliveira Fernandes Melo

David Hume termina afirmando, em sua Introdução do *Tratado da Natureza Humana*, que não podemos garantir a ciência sem o amparo da experiência. Hipótese alguma pode descobrir quais são as qualidades últimas da natureza humana. Para o autor, a única autoridade que pode fundamentar qualquer que seja a ciência, é a experiência. Esta, afinal, aponta sempre os limites de todo conhecimento seguro. Tendo em vista tal posição, traremos à luz dois termos que em princípio não podem ser encontrados no mundo: o hábito e a causalidade. Estes dois termos têm um papel singular nesta obra, pois seu autor assenta o primeiro como alicerce para todo o seu pensamento, descartando o segundo enquanto hipótese fraudulenta. A causalidade, tal como era concebida, não poderia ser um preceito legítimo, já que a mesma representa apenas uma relação feita para além daquilo que as questões de fato podem oferecer. Neste aspecto, situados além dessa experiência, estão em pé de igualdade o hábito e a relação causal. Queremos então saber por que Hume admite o primeiro e não o segundo como conhecimento seguro? Guiados por este questionamento, desejamos fazer uma investigação acerca da "ciência do homem", revelando os fundamentos epistemológicos que constituem a base para a construção de um sistema completo das ciências. Apenas sobre um alicerce integralmente novo que o conhecimento poderia ter alguma segurança, afirma o autor no século XVIII. Por isso, temos como alvo esclarecer esta nova base, demonstrando respectivamente qual é a diferença entre duas expressões que se encontram para além da experiência. Acreditamos que a novidade que Hume trás com sua filosofia é o hábito enquanto fundamento para a natureza humana. Investigando quais são os limites do conhecimento, podemos, junto ao autor, determinar o que é "ciência da natureza humana", e qual é a diferença entre um conhecimento legítimo e o ilegítimo.